

Ponderação do parecer da ANAC

QUADRO 1

AUTORIDADE NACIONAL DA AVIAÇÃO CIVIL (ANAC)

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REGULAMENTO				
REG.01	1	<p>Heliporto Cortes de Meio</p> <p><i>Relativamente ao Heliporto de Cortes do Meio, infraestrutura que está autorizada pela ANAC, constata-se que a respetiva zona de proteção se encontra referida no Regulamento do PDM, embora não sejam indicadas as restrições de âmbito urbanístico, ou outras, a aplicar nas áreas abrangidas pela mesma.</i></p>	As restrições de âmbito urbanístico, ou outras, a aplicar nas áreas abrangidas pela zona de proteção do Heliporto de Cortes do Meio encontram-se salvaguardadas no ponto 2 do artigo 44.º - Heliporto de Cortes do Meio e Heliporto do Centro Hospitalar Cova da Beira e zonas de proteção..	Recomendação acolhida
PLANTA DE ORDENAMENTO				
ORD.01	1	<p>Heliporto Cortes de Meio</p> <p><i>(...) constata-se que a zona de proteção que se encontra assinalada na Planta de Ordenamento não está definida de acordo com os critérios que estiveram na base da autorização emitida pela ANAC.</i></p> <p><i>Esta zona de proteção deve ser alterada, devendo ser estabelecida conforme os elementos que estiveram na base da autorização emitida pela ANAC, os quais devem ser considerados para a definição da zona de proteção, conforme “Table 4-1. Dimensions and slopes of obstacles surface for all visual FATOs”, dom Anexo 14 da ICAO, Vol II 5ª Ed. De JUL2020.</i></p> <p><i>Estes elementos são:</i></p> <p><i>Azimute dos Canais de Aproximação – 92º/209º</i></p> <p><i>Azimute dos Canais de Descolagem – 272º/29º</i></p> <p><i>Slope Design Categorie C; i=12,5%</i></p> <p><i>Diâmetro Máximo do rotor 18 m</i></p> <p><i>Dimensão da Área de Segurança 36 m x 36 m.</i></p> <p><i>Refira-se que estes dados são elementos que constam do projeto “Remodelação Heliporto Cortes de Meio”, proposto pela Câmara Municipal da Covilhã, que no âmbito do respetivo processo de aprovação foram validados pela ANAC.</i></p>	Alterar a representação da zona de proteção do Heliporto de Cortes do Meio, em conformidade com os elementos que estiveram na base da aprovação do respetivo projeto e da autorização emitida pela Entidade.	Recomendação acolhida

Ponderação do parecer da ANEPC

QUADRO 1

AUTORIDADE NACIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL (ANEPC)

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REGULAMENTO				
REG.01	1	Em matérias de riscos ter em atenção às áreas de risco de incêndios rurais como “extremo”, em resultado da probabilidade de ocorrência “média - alta” e da gravidade “crítica” associada, que podem condicionar a segurança da população; por isso deve-se acautelar o cumprimento das disposições preventivas em termos do risco de incêndio rural previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).	O cumprimento das disposições preventivas em termos de risco de incêndio rural previstas no PMDFCI da Covilhã (2021-2030) encontra-se acautelado no ponto 3 do artigo 7.º - Regime geral. Adicionalmente, na Planta de Condicionantes – Gestão de Risco de Incêndio Rural, encontram-se representadas as classes de perigosidade de incêndio alta e muito alta, bem como as diversas componentes das faixas de gestão de combustível (rede primária, rede secundária e rede de pontos de água).	Recomendação acolhida
RELATÓRIO				
REL.01	1	Importa mencionar que nevões e movimentos de massa, apresentam algum risco para o Concelho.	Os riscos identificados pela Entidade são abordados no Relatório do Plano, nomeadamente nos capítulos 2. Diagnóstico Territorial e 12. Avaliação e Monitorização do Plano. No âmbito do Sistema de Monitorização, constituem Indicadores de Contexto, no domínio do Ambiente, os mencionados pela Entidade: a) Ocorrências de movimentos de massa (em vertentes) (n.º); b) Dias com ocorrência de nevões ou formação de gelo (n.º).	Recomendação acolhida

Ponderação do parecer da DGADR

QUADRO 1

DIREÇÃO – GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (DGADR)

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva


N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REGULAMENTO				
REG.01	1	1. Verifica-se que a proposta de PDM não faz referência ao Regulamento Definitivo do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira aprovado pelo Despacho (extrato) n.º 4094/2024, de 15 de abril , pelo que a mesma deve ser acrescentada no regulamento e documentos de caracterização.	<p>Alterar a redação do artigo 52.º, nos seguintes termos:</p> <p>“1 – As áreas abrangidas pelo Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira (AHCB), identificada na Planta de Condicionantes – Recursos Agrícolas e Florestais, estão sujeitas ao Regime Jurídico das Obras de Aproveitamento Hidroagrícola (RJOAH) e respetiva legislação complementar.</p> <p>2 – Nessas áreas apenas são admitidas as construções, atividades ou utilizações agrícolas e complementares da atividade agrícola, conforme tipologias e condições de admissibilidade definidas no Regulamento Definitivo do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira.</p> <p>3 – As ações referidas no número anterior carecem de parecer prévio vinculativo da entidade competente e devem salvaguardar as infraestruturas do AHCB, de transporte e distribuição de água para rega e as respetivas faixas de proteção, nos termos do RJOAH.</p> <p>5 – A exclusão de prédios ou parcelas de prédio abrangidos pelo AHCB depende de aprovação por despacho do membro do Governo competente, mediante pagamento do devido montante compensatório e garantia de que as infraestruturas de rega instaladas e respetivas faixas de proteção não serão comprometidas, nos termos do respetivo regime jurídico.</p>	Recomendação acolhida
REG.02	1	2. Relativamente à proposta de REGULAMENTO, verifica-se que não foram consideradas as propostas de alteração apresentadas no parecer anterior da DGADR (...) nomeadamente, no que se refere ao artigo 52.º “aproveitamentos hidroagrícolas” e secção III – espaços agrícolas; subsecção I – espaços agrícolas de produção – artigos 53.º e 54.º.	<p>- No que se refere ao artigo 52.º, ver Notas e Comentários ao REG.01.</p> <p>- Alterar a redação do n.º 4 do artigo 53.º (anteriores artigos 43.º e 44.º na proposta de Regulamento submetida à 1.ª Reunião Plenária):</p> <p>“Nas áreas inseridas na RAN e no AHCB, a admissibilidade dos usos e atividades previstos nos números seguintes está condicionada ao cumprimento do disposto nos respetivos regimes jurídicos e no Regulamento Definitivo do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira, quando aplicável”.</p> <p>- Alterar a redação do artigo 54.º (anterior artigo 45.º na proposta de Regulamento submetida à 1.ª Reunião Plenária):</p> <p>“Sem prejuízo do estabelecido no RJRAN e no RJOAH e no Regulamento Definitivo do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira, quando aplicável, as operações urbanísticas ...”</p> <p>- Deve ser acrescentado no número 3 do artigo 5.º as siglas RJRAN e RJOAH.</p> <p>Os Espaços Agrícolas de Produção incluem solos que podem não estar abrangidas pelo RJRAN e/ou pelo RJOAH, razão pela qual se prevêem outros usos e atividades, além daqueles expressamente contemplados nestes regimes.</p> <p>A salvaguarda das SRUP identificadas na Planta de Condicionantes, nomeadamente da RAN e do AHCB, é assegurada pela aplicação do art.º 7.º do Regulamento.</p> <p>A compatibilidade das normas do plano com o RJRAN e o RJOAH está igualmente garantida nos artigos 53.º e 54.º do Regulamento, nos termos acima referidos.</p> <p>Face ao exposto, conclui-se que as disposições regulamentares do PDM não prejudicam nem se sobrepõem às regras instituídas por aplicação do RJRAN nem do RJOAH, devendo ser observadas, cumulativamente, as normas mais restritivas ou limitadoras, em conformidade com o carácter cumulativo da sua aplicação.</p>	Recomendação acolhida
ORDENAMENTO				

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ORD.01	2	3. 3.1. <i>Da mesma forma, tal como anteriormente referido, a totalidade do regadio deve ficar classificada como “Solo Rústico – Espaços Agrícolas de produção, o que não acontece, pelo que o parecer da DGADR é desfavorável.</i>	A proposta de classificação e qualificação do solo respeita os critérios definidos no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, tendo-se, contudo, verificado que algumas áreas abrangidas pelo AHCB não têm ocupação agrícola, o que resultou na proposta de exclusão da RAN e do AHCB, assim como a qualificação com categoria distinta e não como Espaços Agrícolas de Produção - EAP. Nesta fase, e uma vez que as propostas de exclusão não foram acolhidas pelas entidades de tutela, serão corrigidos os limites da proposta, garantindo que todas as áreas beneficiadas pelo Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira – AHCB integram EAP, como resulta da aplicação do artigo 53.º do regulamento do Plano.	Recomendação acolhida
RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL				
RAN.01	2	3.3. <i>Relativamente às propostas de exclusão da RAN na área beneficiada pelo AHCB, desde a última reunião setorial, de 16/09/2024, verificam-se quatro situações:</i> [...] 3.3.1. <i>São apresentadas novas situações de exclusão da RAN em área beneficiada pelo Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira. Sobre estas, que constam no ficheiro kmz em anexo, a DGADR emite parecer desfavorável.</i>	Efetuem-se as seguintes correções relativamente às áreas identificadas no ficheiro kmz que acompanha o parecer emitido na segunda reunião plenária: <ul style="list-style-type: none"> Sobreposição com perímetro urbano (3 situações): Corrigir os limites da proposta de perímetros urbanos, garantindo que não há sobreposição com áreas beneficiadas pelo Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira – AHCB, assegurando o ajuste da qualificação do solo rústico e urbano ao novo limite; Sobreposição com áreas de edificação dispersa (2 situações): Corrigir os limites da proposta de áreas de edificação dispersa, garantindo que não há sobreposição com áreas beneficiadas pelo Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira – AHCB; Sobreposição com outras categorias de solo rústico (19 situações): Corrigir a qualificação do solo rústico, garantindo que as áreas beneficiadas pelo Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira – AHCB integram EAP, como resulta da aplicação do artigo 53.º do regulamento do Plano. Nota: As situações em apreço encontram-se representadas no quadro 1-A, infra.	Recomendação acolhida
COMPROMISSOS URBANÍSTICOS				
COM_URB.01	2	3.4. <i>Conforme referido, a DGADR emite parecer desfavorável às propostas de compromissos apresentadas na proposta e sobrepostos à área beneficiada pelo AHCB.</i>	Conforme ponderação que acompanha a Ata da reunião setorial de 16 de setembro de 2024, que consta da PCGT, reforça-se que <u>a planta e o relatório dos compromissos urbanísticos são elementos complementares, que acompanham o plano, mas não o constituem</u> (integram), conforme instituído no ponto 3 do artigo 97.º do RJIGT. A sua inclusão tem uma função de caracterização informativa do território, sinalizando contextos anteriores à Revisão do PDM e não configura uma proposta de ocupação futura do solo. A presença de compromissos urbanísticos sobrepostos à área beneficiada pelo AHCB não legitima novas ocupações, que continuarão sujeitas ao regime legal aplicável e à emissão de parecer vinculativo da DGADR.	Recomendação não acolhida


QUADRO 1-A

Resultado da ponderação RAN.01, do QUADRO 1


Legenda:



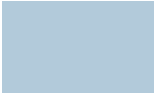
Áreas beneficiadas pelo AHCB, com pronúncia desfavorável da DGADR na 2.ª reunião plenária da Comissão Consultiva (2.ª CC)



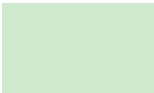
Limite do Perímetro Urbano (PU)



Solo Urbano

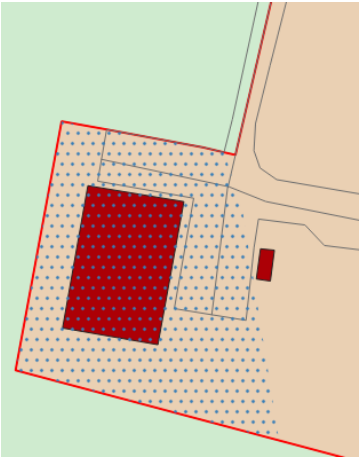
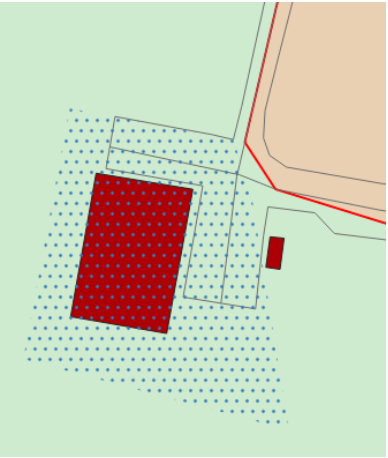

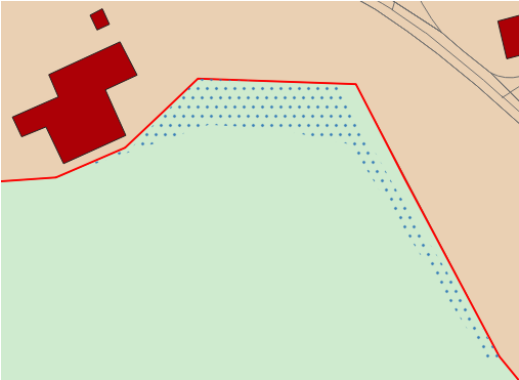


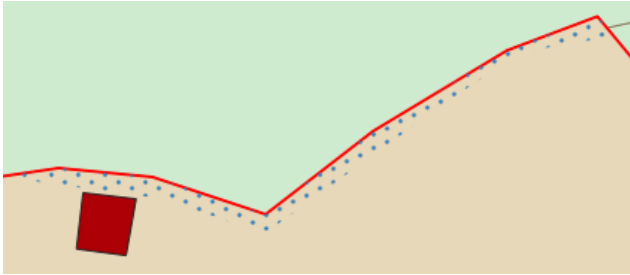
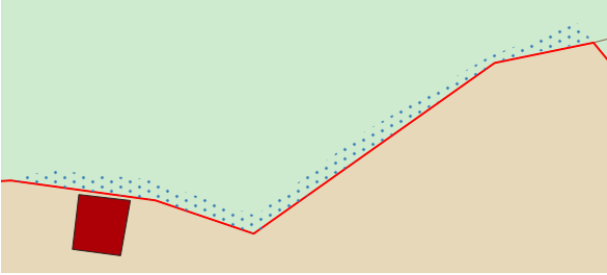
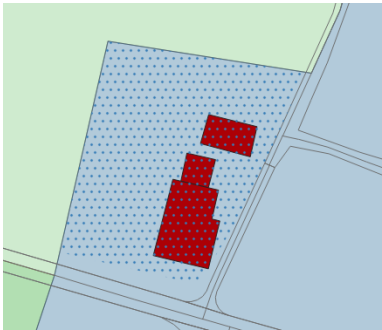

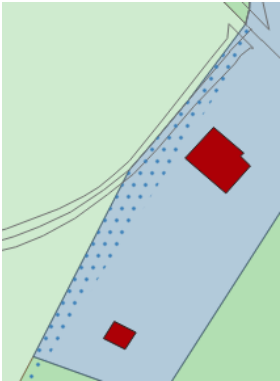
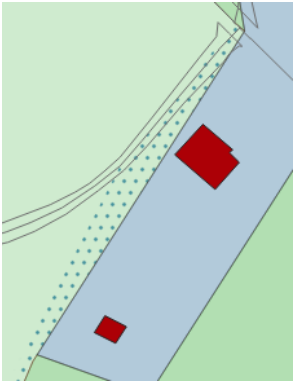
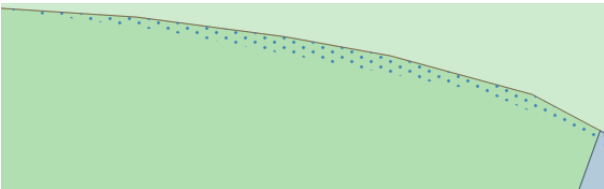
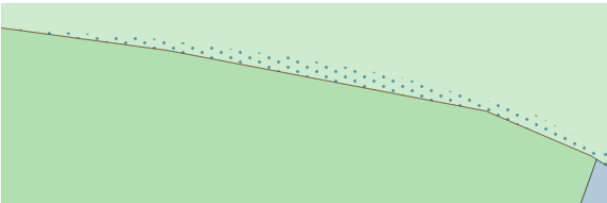
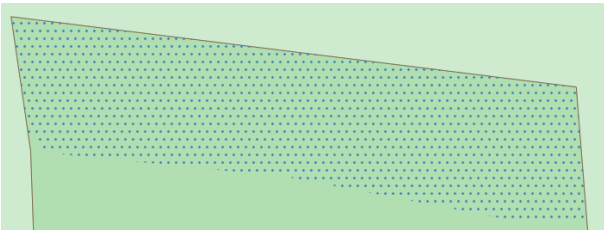
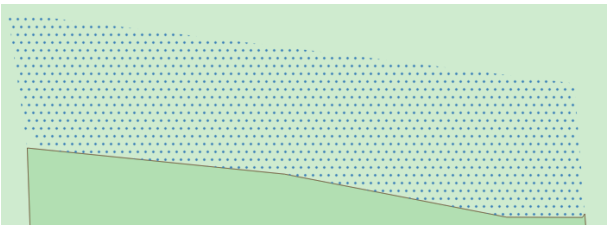
Área de Edificação Dispersa (AED)


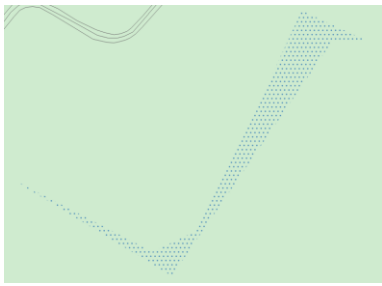
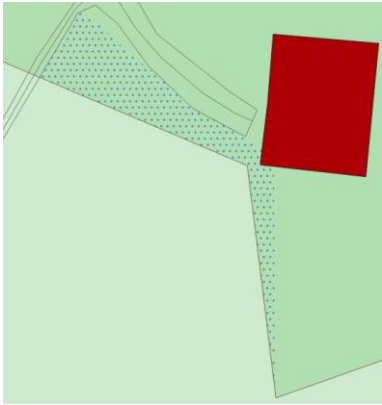
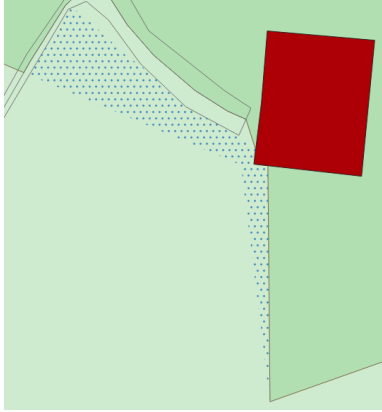
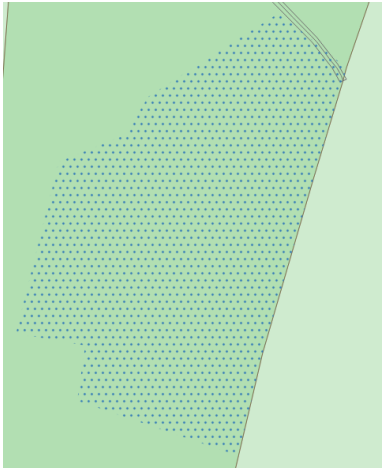
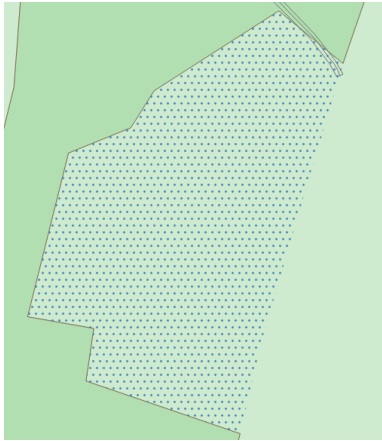
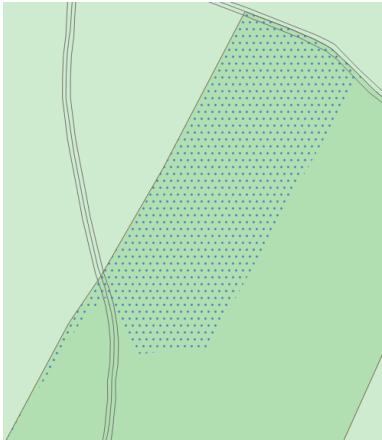
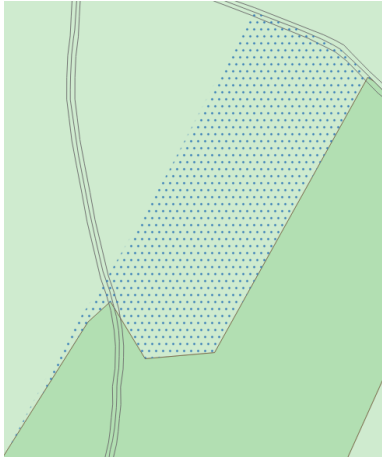


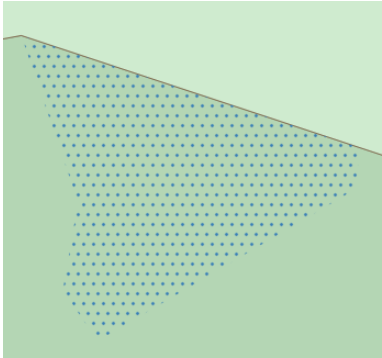
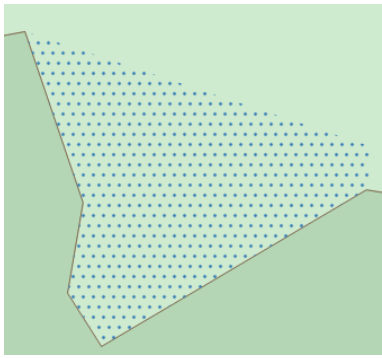
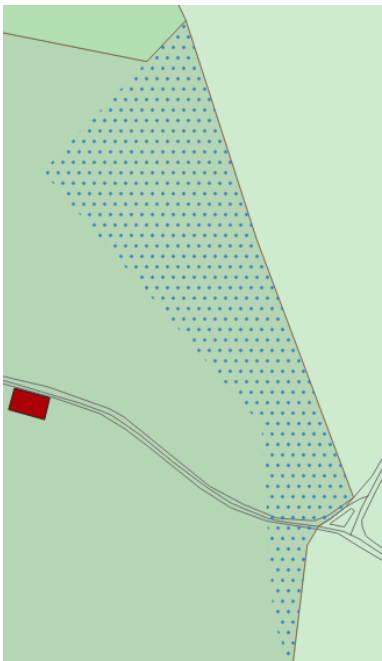
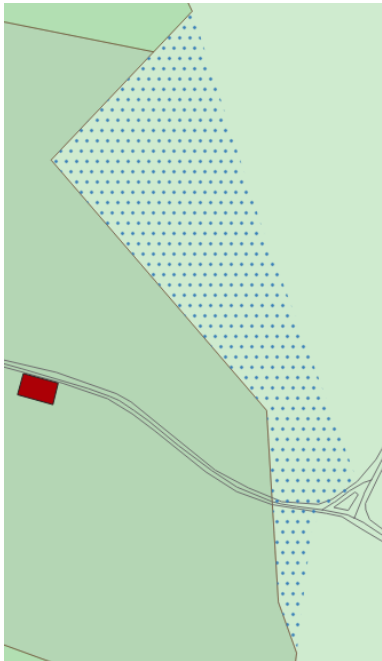


Solo Rústico – Espaços Agrícolas de Produção

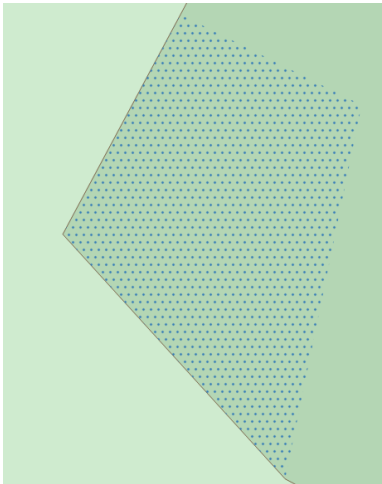
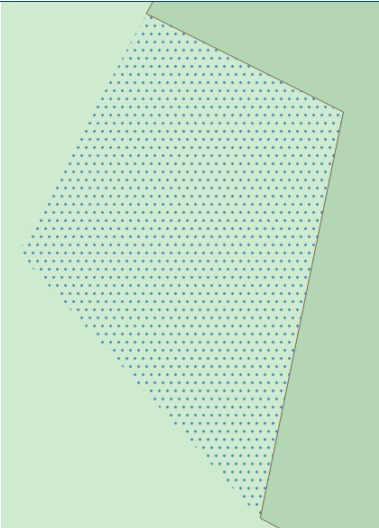

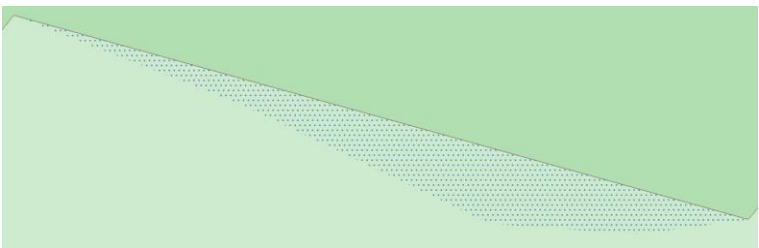
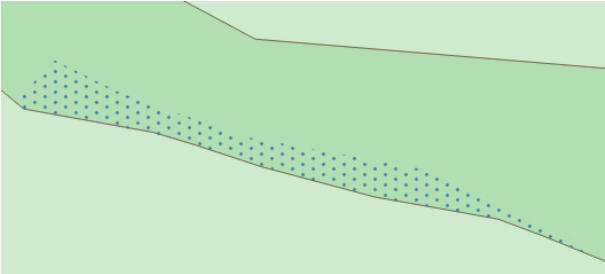
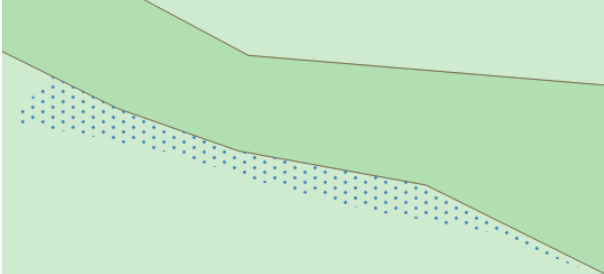
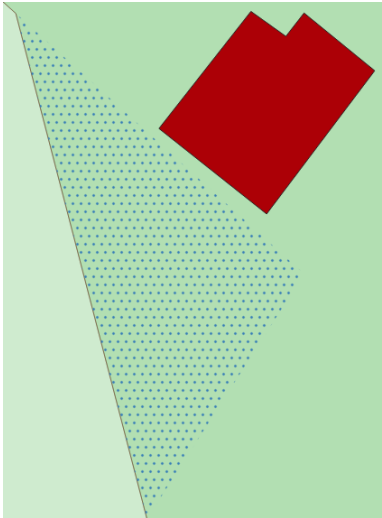
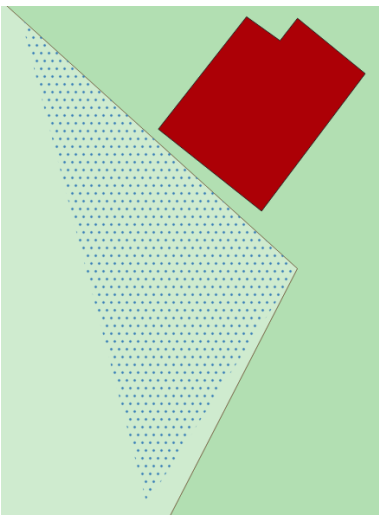
Cartografia base: temas “edificado” e “infraestrutura rodoviária” da cartografia homologada.


SITUAÇÃO	POR SOBREPOSIÇÃO COM:	PROPOSTA APRESENTADA NA 2.ª CC	PROPOSTA CORRIGIDA
01	PU - Castanheira de cima		
02	PU - Ferro		

03	PU - Ferro		
04	AED - Rasas		
05	AED - Lameiros		
06	Espaços Mistos de Uso Silvícola e Agrícola (EMUSA)		
07			

08	Espaços Mistos de Uso Silvícola e Agrícola (EMUSA)		
09			
10			
11	Outros Espaços Agrícolas (OEA)		

12	Outros Espaços Agrícolas (OEA)		
13			
14			

15	Outros Espaços Agrícolas (OEA)		
16	Espaços Florestais de Produção (EFPd)		
17			
18	Espaços Florestais de Proteção (EFPt)		

19			
20	Espaços Florestais de Proteção (EFPt)		
21			
22			
23	Espaço Agrícola de Produção (EAP)		Nota: A proposta de exclusão da RAN decorre de ajustes cartográficos, pelo que a não aceitação das propostas de exclusão da RAN não implica qualquer alteração à qualificação de solo, nestas áreas.
24			

Ponderação do parecer da DGEG

QUADRO 1

DIREÇÃO-GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA (DGEG)

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva¹

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REGULAMENTO				
REG.01	2	Energia Elétrica <i>(...) aproveita-se para sugerir que quando se permite ou fomenta a produção de energia a partir de fontes renováveis, seja também incluída a atividade de armazenamento, tal como previsto no DL nº 15/2022.</i>	A atividade de armazenamento de energia encontra-se salvaguardada no ponto 4 do artigo 15.º - Condições gerais de edificação, pelo que, nesta matéria, não se justifica qualquer alteração ao Regulamento.	Recomendação acolhida
REG.02	2 e 3	Recursos Geológicos Concessões Mineiras (Depósitos Minerais) <i>Informa-se que desde a anterior consulta, registaram-se alterações no concelho da Covilhã, no que se refere a direitos requeridos sobre depósitos minerais, sendo que deixaram de existir essas áreas afetas a pedidos de prospeção e pesquisa. No que se refere aos direitos atribuídos, a situação mantém-se existindo 4 concessões de depósitos minerais: Panasqueira, Argemela, Cabeço da Argemela e Tapada dos Mortuórios.</i> <i>(...) constata-se que as áreas afetas às concessões mineiras com direitos atribuídos por parte do Estado, nomeadamente Argemela, Cabeço de Argemela e Panasqueira situam-se, maioritariamente, em espaços florestais de proteção onde as atividades afetas à exploração de recursos geológicos são interditas de acordo com a proposta de Regulamento do PDM”.</i> <i>“Face ao exposto, e tendo presente a proposta de Regulamento do PDM, cuja redação do articulado parece vir a colocar em causa os direitos atribuídos de depósitos minerais, bens do domínio público de Estado, emite-se parecer desfavorável relativamente à presente consulta, considerando-se indispensável a alteração da redação da proposta de Regulamento do PDM de forma a que possa estar prevista a possibilidade de compatibilização do aproveitamento e exploração dos depósitos minerais em todas as subcategorias em espaços agrícolas e em espaços florestais, dando cumprimento à legislação vigente nesta matéria.</i>	As áreas com concessão de depósitos minerais a que se refere o parecer encontram-se delimitadas na Planta de Condicionantes – Recursos Hídricos e Geológicos. Sem prejuízo, propõe-se a seguinte alteração ao Regulamento: Artigo 50.º, n.º 1 – <i>“Sem prejuízo do disposto nos regimes das SRUP e outras condicionantes previstas na lei, é permitido, enquanto uso compatível, a prospeção, pesquisa e exploração de massas e depósitos minerais em todas as categorias e subcategorias de solo rústico, com exceção dos espaços agrícolas de conservação, espaços florestais de proteção, aglomerados rurais, áreas de edificação dispersa, espaços naturais e paisagísticos e espaços de ocupação turística, salvo se incluídas nas áreas com concessão mineira atribuída, delimitadas na Planta de Condicionantes – Recursos Hídricos e Geológicos”.</i> Artigo 61.º ponto 6 alínea d) – <i>“Exploração de massas e depósitos minerais, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 50.º”.</i> Com estas alterações ficam salvaguardadas as áreas com concessões mineiras com direitos já atribuídos pelo Estado e permite a compatibilização da prospeção, pesquisa e exploração de recursos geológicos em todas as categorias e subcategorias do solo rústico, com exceções específicas, mas ressalvando sempre a possibilidade de exploração nas áreas já concessionadas e devidamente cartografadas na Planta de Condicionantes – Recursos Hídricos e Geológicos. Estando a exploração de massas e depósitos minerais acolhida pela alteração regulamentar agora proposta e tendo-se verificado que a delimitação da área correspondente ao “Cabeço da Argemela”, qualificada como espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo, proposta, não corresponde ao limite da concessão de depósitos minerais atribuída pela DGEG (limite que consta da Planta de Condicionantes - Recursos Hídricos e Geológicos), propõe-se que seja alterada a qualificação daquela área, para espaços florestais de proteção (mesma qualificação da área envolvente).	Recomendação acolhida
REG.03	3	<i>Refere-se ainda a necessidade de na redação do articulado que define as dimensões previstas para a edificação nestes espaços, estar sempre salvaguardada a possibilidade de outras dimensões fundamentadas por razões de ordem técnica.</i>	Propõe-se que seja adicionada a seguinte alínea ao Regulamento: Artigo 62.º alínea e) – <i>“Nas áreas abrangidas por concessões mineiras atribuídas, aplicam-se os parâmetros urbanísticos e afastamentos definidos nos respetivos planos de lavra”.</i>	Recomendação acolhida

¹ Destacam-se, com um fundo cinzento, as questões de legalidade mencionadas pela Entidade.
Inclui a ponderação da pronúncia da DGEG subsequente à 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva, com exceção das matérias que não foram objeto de apreciação no parecer emitido pela DGEG na referida reunião plenária.

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.04	3	<p><i>Salienta-se ainda a entrada em vigor do Regulamento europeu 2024/1252, de 11 de abril de 2024, que estabelece um regime para garantir um aproveitamento seguro e sustentável de matérias-primas críticas, onde no considerando 35 está prevista a articulação entre autoridades nacionais, regionais e locais sobre possíveis conflitos de utilização do solo. As 3 concessões mencionadas têm no objeto do contrato matérias-primas críticas pelo que é importante nesta revisão de PDM não condicionar/impedir o desenvolvimento de algum projeto mineiro, de que resulta a necessidade de alteração da redação da proposta de Regulamento do PDM.</i></p>	<p>A invocação do Regulamento (UE) 2024/1252, de 11-04-2024 assenta no considerando 35, o qual, embora relevante para a interpretação sistemática do diploma, não consubstancia norma com força vinculativa. Este considerando preconiza, de forma genérica, a articulação entre os diferentes níveis de administração para mitigar eventuais conflitos de uso do solo e acelerar projetos relacionados com matérias-primas críticas, mas não impõe à escala municipal, qualquer obrigação de identificação de áreas com potencial de exploração de recursos geológicos. Com efeito, essa responsabilidade incumbe à DGEG e ao LNEG, por força do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 30/2021, de 07/05, através da elaboração da Estratégia Nacional de Recursos Geológicos (ENRG).</p> <p>Enquanto a ENRG não for formalmente aprovada nem publicada, não existe atualmente qualquer instrumento programático ou setorial com efeitos vinculativos sobre os planos municipais que imponha a delimitação de áreas com potencial mineiro.</p> <p>Quando a ENRG for aprovada e publicada, e desde que esta revista a natureza de programa setorial com efeitos vinculativos para os instrumentos de gestão territorial, será promovido pelo Município da Covilhã o correspondente procedimento de alteração por adaptação do PDM, nos termos do artigo 121.º do RJIGT, de forma a garantir a sua plena conformidade com a nova estratégia nacional. Ainda assim, a proposta de Revisão do PDM da Covilhã, através das alterações introduzidas aos artigos 50.º e 61.º do seu Regulamento (ver REG.02), assegura desde já a compatibilização do ordenamento municipal com as concessões mineiras com direitos já atribuídos pelo Estado, indo de encontro ao espírito do referido considerando.</p>	Recomendação parcialmente acolhida
PLANTA DE ORDENAMENTO				
ORD.01	4	<p><i>Pedreiras (Massas Minerais)</i></p> <p><i>Entende-se também que poderão ficar representadas/salvaguardadas as áreas potenciais (ampliação) para exploração de recursos geológicos, nas plantas de ordenamento/condicionantes em cada uma das pedreiras existentes identificadas como espaços de exploração de recursos geológicos, uma vez que apenas estão implantadas as atuais áreas das licenças de pedreira atuais, ficando desde já salvaguardada a viabilidade económica das atuais pedreiras existentes e licenciadas ou em licenciamento, dado que o recurso geológico está presente.</i></p>	<p>Propõe-se que seja adicionado o seguinte ponto ao Regulamento:</p> <p>Artigo 66, ponto 3 – <i>“Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 50.º, é admitida a ampliação das explorações de recursos geológicos legalmente existentes, desde que sejam adotadas as medidas necessárias para a minimização dos impactes na paisagem envolvente, garantindo a sua adequada integração paisagística e ambiental”.</i></p>	Recomendação acolhida

Ponderação do parecer da DGT

QUADRO 1

DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO (DGT)

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
PLANTA DE CONDICIONANTES				
COND. 01	2	INFRAESTRUTURA GEODÉSICA NACIONAL <i>Da análise da Planta de Condicionantes, verificou-se que os vértices geodésicos (VG) se encontram implantados com os respetivos topónimos, à exceção do VG “Grila 1”, que não se encontra representado. Em contrapartida, encontra-se implantado o VG “Grila”, que já não pertence à RGN. Sendo assim, na Planta de Condicionantes deverá ser retirado o VG “Grila” e acrescentado o VG “Grila 1”, cuja localização pode ser consultada na página de internet da DGT: https://www.dgterritorio.gov.pt/dados-abertos</i>	Retirar, na Planta de Condicionantes – Equipamentos, Infraestruturas e Atividades Perigosas, o VG “Grila” e acrescentar o VG “Grila 1”, de acordo com as indicações da Entidade.	Recomendação acolhida
CARTOGRAFIA				
CART.01	5	Legenda rótulo <i>Os valores de exatidão posicional planimétrica e altimétrica indicados na legenda deverão ser os que constam como valores de referência nas especificações técnicas da cartografia utilizada (0.75m/1.00m respetivamente). Falta indicar a exatidão temática (5%).</i>	Corrigir, na legenda rótulo das plantas do Plano, na ficha técnica da cartografia de base, os valores de exatidão posicional planimétrica (0.75m) e altimétrica (1.00m) e acrescentar o valor da exatidão temática (5%).	Recomendação acolhida

Ponderação do parecer do IMT

QUADRO 1

INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES (IMT)

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião da Comissão Consultiva

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
PLANO				
PLAN.01	2	<p>1.1. A Rede Rodoviária Nacional (RRN), estradas regionais (ER) e estradas nacionais (EN) não incluídas na RRN (“estradas “desclassificadas”), deverá ser convenientemente identificada em todo o conteúdo documental do PDM.</p> <p>A Rede Rodoviária Nacional a considerar no território da Covilhã é a seguinte:</p> <p>Rede Nacional de Autoestradas (Rede Nacional Fundamental - Itinerários Principais):</p> <ul style="list-style-type: none">A23/IP2, integrado na Concessão Beira Interior <p>Rede Nacional Complementar (Itinerários Complementares - Estradas Nacionais):</p> <ul style="list-style-type: none">EN232, entre o LC da Guarda até LC com Belmonte <p>Estradas Regionais sob a responsabilidade da IP, SA:</p> <ul style="list-style-type: none">ER338, LC de Manteigas e o entroncamento com a ER339, dentro do concelho da Covilhã;ER339, entre o entroncamento com a ER338 e o início poente do núcleo urbano da Covilhã; <p>Estradas Regionais:</p> <ul style="list-style-type: none">ER339, entre o entroncamento com a EN(d)18 e o A23/IP2, integrado na Concessão Beira Interior; <p>Estradas Nacionais desclassificadas, ainda sob jurisdição da IP, SA:</p> <ul style="list-style-type: none">EN (d)18, entre o entroncamento com a EN18 e EN232 e o LC com o município do Fundão, a Sul;EN(d)230 entre LC com o município de Seia e o núcleo urbano de Tortosendo, assegurando corredor do previsto IC6;	<p>Alterar de acordo com o parecer.</p> <p>As vias incluídas no Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000) e Rede Rodoviária sob jurisdição da I.P.:</p> <p>a) Rede Rodoviária Nacional (RRN)</p> <p>i. Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais — IP)</p> <p>- IP2/A23, incluindo acessos e ramos de ligação, integrado na Concessão Beira Interior (Concessão do Estado), tutelada pelo Instituto de Mobilidade e Transportes, IP (IMT), entidade responsável pela gestão deste Contrato de Concessão.</p> <p>ii. Rede Nacional Complementar sob jurisdição da IP (Estradas Nacionais — EN)</p> <p>- EN232, entre o pk 83+473, limite municipal com o município da Guarda, a Norte, e o limite municipal com o município de Belmonte, na União das freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto.</p> <p>b) Estradas Regionais sob a responsabilidade da IP</p> <p>- ER338, entre o pk 30+164 e o 32+333, entre o 33+316 e o 34+730 e entre o pk 35+309 e o 35+759, decorrendo entre os Limites municipais com o município de Manteigas e o entroncamento com a ER339;</p> <p>- ER339, entre o pk 20+000 e o 31+870, entre o entroncamento com a ER338 e o início poente do núcleo urbano da Covilhã.</p> <p>- O segundo troço da ER339, que decorre entre o entroncamento com a EN18 desclassificada e o acesso 31 do 1P2/A23, encontra-se integrado na Concessão Beira Interior.</p> <p>c) Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP</p> <p>- EN18 (do pk 24+400 ao pk 47+200), entre o entroncamento com a EN232 e o limite municipal com o município do Fundão, a Sul;</p> <p>- EN230 (do km 165+460 ao km 197+939), entre limite municipal com o município de Seia e o núcleo urbano de Tortosendo (rotunda com as estradas municipalizadas EN230 e EN18-4), encontrando-se a assegurar o corredor do IC6 previsto.</p> <p>As vias incluídas na rede rodoviária municipal, que compreendem as estradas e os caminhos municipais.</p>	<p>Recomendação Acolhida</p> <p>OBS.: de acordo com esclarecimentos prestados pela Infraestruturas de Portugal (IP).</p>

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
PLAN.02	3	<p>1.2. Pela Declaração nº 84/2025/2, de 2 de maio, publicada em Diário da República n.º 84/2025, Série II de 2025-05-02, foi declarada a caducidade da zona de servidão non aedificandi do IC6 — Tábua/Oliveira do Hospital (IC7) /Covilhã (A23/IP2), que se verificou a 28 de abril de 2025.</p> <p>Nesta medida, na proposta de Plano apresentada, deverá ser retirada a identificação da referida servidão, em particular da planta de condicionantes e em todos os demais documentos que lhe fizer referência3, de forma a garantir a sua atualização.</p>	<p>Alterar de acordo com o parecer.</p> <p>Remover dos elementos constituintes da Proposta de Revisão do PDM da Covilhã qualquer referência a esta Servidão.</p> <p>Por decisão do Senhor Presidente da Câmara Municipal, não prever, na Planta de Ordenamento, qualquer Espaço-Canal associado à referida infraestrutura, atendendo a que:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Representaria uma reserva de solo com implicações sobre os direitos de edificabilidade, podendo originar expectativas frustradas e potenciais pedidos de indemnização por parte dos proprietários;b) Implicaria, nos termos do art.º 96.º e seguintes do RJIGT, a inclusão no Programa de Execução e no Plano de Financiamento do PDM, com impacto direto no equilíbrio económico-financeiro do plano, uma vez que a responsabilidade de implementação deixou, para já, de estar imputada à Administração Central;c) Não existe, à data, qualquer instrumento vinculativo (estudo prévio aprovado, decisão de localização definitiva, ou Declaração de Impacte Ambiental válida) que permita assegurar a concretização do traçado anteriormente previsto, e consequentemente de uma reserva de solo correspondente, o que aumenta o risco de litigância e de encargos indemnizatórios futuros. <p>Importa, ainda, referir que a eventual concretização do IC6 dependerá obrigatoriamente da aprovação de um novo estudo prévio (que poderá ser o mesmo ou não), que por sua vez depende da realização de uma nova Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e emissão de nova Declaração de Impacto Ambiental (DIA), nos termos do Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental (RJAlA), bem como da validação institucional do traçado pelas entidades competentes, designadamente pelo IMT e pela Infraestruturas de Portugal, IP.</p>	Recomendação Acolhida
PLAN.03	3	<p>No Relatório da Proposta de Plano – Proposta 2ª Reunião da Comissão Consultiva Plano Rodoviário Nacional (pág. 274 e 275), não está identificada corretamente a Rede Rodoviária Nacional (RRN), situação que deve ser corrigida.</p>	Alterar de acordo com o parecer (ver recomendação PLAN.01).	Recomendação Acolhida
PLAN.04	4	<p>1.6. Reforça-se, uma vez mais, que todas as novas ligações à Rede Rodoviária Nacional deverão ser equacionadas em processo próprio e não no âmbito da revisão do PDM, e que qualquer proposta de intervenção nas vias da Rede Rodoviária Nacional, Estradas Regionais e Estradas Desclassificadas sob a jurisdição da IP, S.A. deve ser objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, devendo os respetivos projetos cumprir o Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional e demais disposições legais normativas em vigor e ser previamente submetidos a parecer das entidades competentes para o efeito.</p> <p>Qualquer intervenção a este nível deve tramitar em processo autónomo e não no âmbito da revisão de um instrumento de gestão territorial, não conferindo a presente pronúncia por parte do IMT, I.P., no âmbito do procedimento de revisão do PDM, vínculo às vias/soluções de traçado, propostas/apresentadas.</p>	<p>No âmbito de novas intervenções, dar cumprimento aos procedimentos descritos no ponto 1.6 do parecer.</p>	Recomendação Não Aplicável (N/A)
PLANTA DE CONDICIONANTES E DE ORDENAMENTO				
CON.01	3	<p>1.4. Nas Plantas de Condicionantes e de Ordenamento deverá ser:</p> <ul style="list-style-type: none">• Retificada a identificação da rede rodoviária nacional tendo em conta o referido anteriormente.• Retirada a representação da servidão da zona non aedificandi do IC6 — Tábua/Oliveira do Hospital (IC7) /Covilhã (A23/IP2)	Alterar de acordo com o parecer.	Recomendação Acolhida
REGULAMENTO				

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.01	3	<p><i>No que respeita ao Regulamento, e tendo em consideração as propostas no seu articulado legal, verifica-se que:</i></p> <ul style="list-style-type: none"><i>Artigo 108.º - Hierarquia da Rede rodoviária</i> <p><i>Deve a identificação da rede rodoviária ser corrigida de acordo com a referida anteriormente.</i></p>	<p>Alterar o artigo 108.º Hierarquia da Rede Rodoviária, de acordo com o parecer:</p> <p>As infraestruturas rodoviárias no concelho da Covilhã encontram-se representadas na Planta de Condicionantes – Equipamentos, Infraestruturas e Atividades Perigosas e compreendem:</p> <p>1- As vias incluídas no Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000) e Rede Rodoviária sob jurisdição da I.P.:</p> <p>a) Rede Rodoviária Nacional (RRN)</p> <p>i. Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais — IP)</p> <p>- IP2/A23, incluindo acessos e ramos de ligação, integrado na Concessão Beira Interior (Concessão do Estado), tutelada pelo Instituto de Mobilidade e Transportes, IP (IMT), entidade responsável pela gestão deste Contrato de Concessão.</p> <p>ii. Rede Nacional Complementar sob jurisdição da IP (Estradas Nacionais — EN)</p> <p>- EN232, entre o pk 83+473, limite municipal com o município da Guarda, a Norte, e o limite municipal com o município de Belmonte, na União das freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto.</p> <p>b) Estradas Regionais sob a responsabilidade da IP</p> <p>- ER338, entre o pk 30+164 e o 32+333, entre o 33+316 e o 34+730 e entre o pk 35+309 e o 35+759, decorrendo entre os Limites municipais com o município de Manteigas e o entroncamento com a ER339;</p> <p>- ER339, entre o pk 20+000 e o 31+870, entre o entroncamento com a ER338 e o início poente do núcleo urbano da Covilhã.</p> <p>- O segundo troço da ER339, que decorre entre o entroncamento com a EN18 desclassificada e o acesso 31 do 1P2/A23, encontra-se integrado na Concessão Beira Interior.</p> <p>c) Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP</p> <p>- EN18 (do pk 24+400 ao pk 47+200), entre o entroncamento com a EN232 e o limite municipal com o município do Fundão, a Sul;</p> <p>- EN230 (do km 165+460 ao km 197+939), entre limite municipal com o município de Seia e o núcleo urbano de Tortosendo (rotunda com as estradas municipalizadas EN230 e EN18-4), encontrando-se a assegurar o corredor do IC6 previsto.</p> <p>2- As vias incluídas na rede rodoviária municipal, que compreendem as estradas e os caminhos municipais.</p>	Recomendação Acolhida
REG.02		<ul style="list-style-type: none"><i>Artigo 112.º - Características e parâmetros técnicos da rede rodoviária, nº1</i> <p><i>Neste articulado deverá ser salvaguardo que a “construção das novas vias” dizem respeito unicamente a vias municipais pelo que se propõe a retificação para o seguinte texto “Na construção de novas vias municipais e nas intervenções de reordenamento ou requalificação de vias existentes devem ser observadas as características e parâmetros técnicos constantes no “Documento normativo para aplicação a arruamentos urbanos” do IMT e no Regulamento Municipal”.</i></p>	<p>Alterar de acordo com o parecer.</p> <p>Artigo 112.º, n.º 1 – “Na construção de novas vias municipais e nas intervenções de reordenamento ou requalificação de vias existentes devem ser observadas as características e parâmetros técnicos constantes no “Documento normativo para aplicação a arruamentos urbanos” do IMT e no Regulamento Municipal”.</p>	Recomendação Acolhida